

REPRESENTAÇÃO DO IRMÃO EM PROIBIDO ROUBAR NA QUEBRADA: TERRITÓRIO, HIERARQUIA E LEI NO PCC DE KARINA BIONDI

(Representation of the “Brother” in “Proibido Roubar na Quebrada: território hierarquia e lei no PCC” by Karina Biondi)

Ana Maria Sá Martins¹
(Universidade Estadual do Maranhão)

Carlos Eduardo de Paula Santos²
(Universidade Estadual do Maranhão)

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a representação sociodiscursiva dos “irmãos”, (membros) da facção criminosa Primeiro Comando da Capital, na obra, *Proibido Roubar na Quebrada – Território, Hierarquia e Lei no PCC*, de Karina Biondi (2018), sob a ótica da Análise de Discurso Crítica (ADC) proposta por Chouliaraki e Fairclough (1999); Fairclough (2001, 2003). O corpus da pesquisa integra excertos selecionados a partir do livro, utilizando como critérios analíticos relevantes os significados acional, representacional e identificacional e, respectivamente, as categorias intertextualidade, interdiscursividade, modalidade e a avaliação. Os resultados apontam para uma ressignificação das representações dos atores sociais em foco, nos mais diversos âmbitos.

Palavras-chave: “Irmãos”. Identidade. Análise de Discurso Crítica.

ABSTRACT

This work aims to analyze the socio-discursive representation of the “brothers”, (members) of the criminal faction “Primeiro Comando da Capital”, in the work, *“Proibido Roubar na Quebrada – território, hierarquia e lei no PCC”*, by Karina Biondi (2018), from the perspective of Critical Discourse Analysis (CDA) proposed by Chouliaraki and Fairclough (1999); Fairclough (2001, 2003). The research corpus includes selected excerpts from the book, using as relevant analytical criteria the meaning action, representation, identification and, respectively, the categories of intertextuality, interdiscursivity, modality and evaluation. The results point to a discursive change in the representations of the social actors in focus, in the most diverse sectors.

Keywords: “Brothers”. Identity. Critical Discourse Analysis.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar la representación sociodiscursiva de los “hermanos”, (miembros) de la facción criminal Primer Comando de la Capital, en el trabajo, *“Proibido Roubar na Quebrada - Território, hierarquia e lei no PCC”*, por Karina Biondi (2018), desde la perspectiva de Análisis crítico del discurso (ACD) propuesto por Chouliaraki y Fairclough (1999); Fairclough (2001, 2003). El corpus de investigación incluye extractos seleccionados del libro, utilizando como criterios analíticos relevantes el significado de acción, representación e identificación y, respectivamente, las categorías de intertextualidad, interdiscursividad, modalidad y evaluación. Los resultados apuntan para una resignificación de las representaciones de los actores sociales en foco, en los sectores más diversos.

Palabras clave: “Hermanos”. Identidad. Análisis Crítico del Discurso.

Recebido em: abril 2020

Aceito em: junho 2020

DOI: 10.26512/les.v21i1.30993

¹ Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atualmente é professora Adjunta II de Linguística no Departamento de Letras, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e professora na Rede Municipal de Ensino. E-mail: anamariasapericuma@gmail.com.

² Graduando do Curso de Letras – Língua Portuguesa, Inglesa e Suas Respectivas Literaturas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), bolsista PIBIC/FAPEMA/UEMA. E-mail: carloseduardodepaulasantos@gmail.com.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Historicamente, o criminoso tem sido marginalizado pela sociedade. Tão antiga quanto a criação do mundo, é a punição física e social aos que cometem atos que infrinjam regras. A Bíblia (Gênesis 4:3, 12) já registra o primeiro homicídio, em que Caim mata seu irmão Abel e é duramente repreendido por Deus, que o condena ao banimento do solo e a vagar como errante na terra. Tal narrativa demonstra a relação que sociedades cristãs têm com os criminosos.

No âmbito científico, com o surgimento das teorias raciológicas em meados do séc. XIX, anatomistas, craniologistas, antropólogos e criminologistas fundamentam suas premissas racistas no discurso dito técnico, associando a violência a grupos já marginalizados (ORTIZ, 2005). Tido como o pai da antropologia criminal no Brasil, Nina Rodrigues contribuiu para a difusão das ideias deterministas na construção do retrato do criminoso na sociedade brasileira. Vê-se, aqui, a importância do discurso tido como científico na disseminação de prejulgamentos. Conforme Lara e Pacheco (2015, p. 45), “nem mesmo o estudo acadêmico das relações étnicas está livre dos preconceitos, estereótipos e graves omissões, sobretudo, quando (não) abordam o racismo”.

Na esfera legal, o Código Penal pós-abolição de 1890 apresenta o capítulo XII – *Dos Vadios e Capoeiras*³ – prevendo punições para os acusados de vadiagem, atingindo geralmente os negros recém libertos que tiveram o acesso à educação e demais direitos negados. Surgem neste momento, as primeiras favelas, que são tidas como locais de moradia extremamente pobres que abrigavam os negros refugiados, considerados vadios.

Posteriormente, estudos como os de Franz Boas (2005), Erving Goffman (2004) e de Michel Foucault (1999) deram um olhar mais humano ao tema. Na criminologia, a “Teoria da Janela Quebrada” da Escola de Chicago, admite não existir a predisposição à violência, mas influências sociais (e não biológicas) na produção de sujeitos infratores, sendo essa a teoria mais aceita na atualidade, transgredindo, mas não apagando totalmente construções ideológicas precedentes.

Os diversos tipos de discriminação que os *malandros*⁴ sofrem, partem de setores sociais, midiáticos, ideológicos, jurídicos, históricos e discursivos, estando estas múltiplas instâncias mutuamente interligadas. Nesse sentido, são amplos e complexos os estudos voltados para a história do tratamento dado a esse grupo. Faz-se aqui apenas um recorte que compõe a representação social

³ Este capítulo demonstra não só a discriminação da cultura afro-brasileira promovida pelo Estado, mas, também, a ausência de justiça social endereçada aos escravizados libertos pela Lei Áurea.

⁴ Termo utilizado por membros da facção criminosa Primeiro Comando da Capital PCC, para se auto intitular. A entrevistadora utiliza esse mesmo léxico para conseguir ter uma maior proximidade (linguística) com seus entrevistados, para não ser excluída do processo comunicativo e para não deturpar significados por mero preconceito linguístico.

de sujeitos ditos criminosos, para adentrar e contextualizar o estudo agora pretendido em Análise de Discurso Crítica (ADC) da representação de pessoas criminalizadas, em especial os *irmãos*, que são membros da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), tratados na obra: “Proibido Roubar na Quebrada – Território, Hierarquia e Lei no PCC”, da cientista social Karina Biondi, sendo fruto de pesquisa de doutorado, publicada em formato de livro pela Editora Terceiro Nome, no ano de 2018.

Composta por quatrocentos e cinco (405) páginas, a obra é organizada em oito (8) capítulos assim distribuídos: 1. Cadeias e Quebradas; 2. Presenças; 3. Brechas; 4. Vida e Morte das Ideias; 5. Sintonia; 6. Aval e Salve; 7. Debates e 8. O certo, divididos estes em três partes já citadas: território, hierarquia e lei. No decorrer da tese, são transcritos os diálogos travados pela entrevistadora e seus interlocutores, marcados por aspas simples. Tais falas são resultados de anotações em caderno de campo e da visão da cientista social sobre os fatos.

Dando voz aos componentes do *Comando*⁵, que se auto identificam de *irmãos*, *ladrões*, *malandros*, *parcerias*, *correrias*, são salientadas questões sociais de um lado da história que muitas vezes é silenciado. O livro apresenta um olhar sociológico aos problemas apontados, desmistificando questões e colaborando com as Ciências Sociais e demais áreas interessadas para o estudo mais profundo das facções criminosas (em especial do PCC), que se fazem através de sujeitos em interações sociodiscursivas. Nosso percurso teórico e analítico tem como ponto de partida os seguintes questionamentos: Qual o perfil que caracteriza os *irmãos* na obra Proibido Roubar na Quebrada? Como se constrói a identidade sociodiscursiva dos *irmãos* na obra? É possível afirmar que o perfil dos *irmãos* representado no livro, os singulariza em relação a outros grupos sociais?

Partindo desses questionamentos, elaboramos a seguinte hipótese: os discursos apresentados na obra em análise representam os *irmãos*, pelo menos em parte, no modo como pensam e se comportam, como veem a si próprios e aos outros e como constroem suas (auto)identidades. Nesse sentido, os discursos dos sujeitos apresentados no livro sinalizam para uma redefinição da representação de facções criminosas e do próprio criminoso em âmbitos sociais diversos (criminológicos, históricos, midiáticos etc.), proporcionando uma visão humanizada, antropológica e científica da temática.

Como ponto de partida na construção das análises aqui pretendidas, utiliza-se como suporte teórico a Análise de Discurso Crítica (ADC) proposta por Chouliaraki e Fairclough (1999); Fairclough (2001, 2003); Magalhães (2005, 2017); Resende & Ramalho (2006, 2016), que entendem

⁵ Os “irmãos” chamam o PCC, entre outras coisas de: “Família”, “Movimento”, “Comando”, “Quinze”, etc.

a importância do *link* entre as ciências linguísticas e sociais no trato das relações sociodiscursivas na atualidade. Para Resende e Ramalho (2004, p. 185), a Análise de Discurso Crítica (ADC) é:

Uma disciplina com amplo escopo de aplicação, constitui modelo teórico-metodológico aberto ao tratamento de diversas práticas na vida social. Situada na interface entre a Linguística e a Ciência Social Crítica, a ADC procura estabelecer um quadro analítico capaz de mapear a conexão entre relações de poder e recursos linguísticos selecionados por pessoas ou grupos sociais.

“Com origem na Linguística, e não por coincidência na década de 1970, que é apontada por D. Harvey (2000) como o período de início do pós-modernismo, a análise do discurso está voltada para a crítica social⁶”, Magalhães (2005, p. 232). Esta abordagem busca tornar pessoas conscientes das coerções que sofrem, em prol de uma desalienação linguística, entendendo que a linguagem é revestida de ideologia e constitutiva de representações discursivas particulares de mundo. Conforme Vieira e Resende (2016, p. 14) “a Análise de Discurso Crítica, em sentido amplo, refere-se a um conjunto de abordagens científicas interdisciplinares para estudos críticos da linguagem como prática social”⁷.

Em conformidade com Martins (2009, p. 28), entende-se que a “a Análise de Discurso é ‘Crítica’, porque visa a analisar as conexões que estão ocultas, dificilmente percebidas pelos sujeitos envolvidos, portanto, facilmente reproduzidas e naturalizadas”. Utilizando-se de um novo conceito de sujeito transformador das relações sociais, a Análise de Discurso Crítica, relaciona o estudo de língua com o seu contexto social, dando ênfase a práticas sociais em que o discurso está inserido (CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH, 1999 *apud* MARTINS, 2009).

Dois conexões transdisciplinares são determinantes para a ADC Faircloughiana. A primeira refere-se ao Realismo Crítico (RC), levando a ADC a entender-se enquanto ciência não neutra, transformacional, opondo-se ao positivismo. A segunda é relativa à Linguística Sistêmico Funcional (LSF) de Halliday, que “defende a ideia de que os sistemas linguísticos são abertos à vida social, pois se constroem na interseção das macrofunções da linguagem” (MAGALHÃES, 2005, p. 234).

Fairclough (2001) bebe na fonte da LSF, principalmente no que concerne a essas macrofunções. Elas são revisadas para a composição dos significados acional (discurso como modos de ação); representacional (discurso como modos de representação) e identificacional (discurso como

⁶ Magalhães, Martins, Resende (2017, p. 29) afirmam que “a ADC é uma linha de estudo que se situa na tradição qualitativa interpretativista”, seguimos estas orientações acrescentando ser esta uma pesquisa de cunho bibliográfico.

⁷ Conceito central em ADC, práticas são ‘maneiras habituais, em tempos e espaços particulares, pelas quais pessoas aplicam recursos – materiais ou simbólicos – para agirem juntas no mundo’ (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21). As práticas, assim compreendidas, são constituídas na vida social, nos domínios da economia, da política e da cultura, incluindo a vida cotidiana.” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 35)

modos de identificação), que utilizaremos neste estudo como recursos analíticos, assim como as categorias intertextualidade (diálogo entre textos); interdiscursividade (heterogeneidade discursiva); modalidade (o grau de comprometimento envolvido no que diz) e avaliação (critério de valor dos indivíduos).

Buscou-se a análise do *corpus*, partindo do textual para o social, visando a contribuir com os estudos na área de identidade social, em especial do *irmão*, sob a perspectiva da Análise de Discurso Crítica (ADC), área que contribui com significativos avanços no estudo de linguagem nos últimos anos. Nessa perspectiva, ressalta-se a importância de pesquisas etnográficas e etnolinguísticas, que investiguem relações sócio-históricas envolvendo pessoas à margem da sociedade, como os *malandros*, analisando a constituição da base ideológica desse tipo de comunidade podendo, assim, contribuir no entendimento das diversas complexidades sociais que os cercam e, a partir disso, propor soluções mais eficazes aos problemas observados.

Na obra em estudo, a construção discursiva da identidade social dos *irmãos* é desenhada através da sua própria narrativa, conectada às de atores sociais circundantes, sendo possível observar suas respectivas crenças, valores, ideias, preconceitos, aspirações e, portanto, a representação social do grupo. Essa construção é denotada em torno de uma cultura muitas vezes contrária a diversos posicionamentos morais e legais e, em contraposição, na defesa de preceitos moralistas, caracterizando esta identidade como híbrida. Passemos à discussão dos significados e categorias relevantes para as análises aqui pretendidas.

1. Significados e Categorias de Análise Determinantes na Composição da Identidade Social dos *Irmãos*.

1.1. SIGNIFICADO ACIONAL: discurso como modo de ação

No significado acional, "o discurso é um modo de ação, uma forma pela qual as pessoas podem agir sobre o mundo e, especialmente, sobre os outros" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Fairclough (2003) relaciona este significado a gênero. "Os gêneros discursivos são o modo pelo qual as pessoas participam ativamente no seio da prática social", (BESSA; SATO, 2018, p. 132). Para Bakhtin (2006, p. 12) gêneros discursivos "são tipos relativamente estáveis de enunciados"⁸. Para análise do significado acional, utilizou-se a categoria intertextualidade, como destaca-se a seguir.

1.1.1 Intertextualidade

⁸ Posteriormente Benveniste define a enunciação como a "colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização" (BENVENISTE, 1974, p. 80 *apud* FIORIN, 2017, p. 2).

De acordo com Cavalcante (2012, p. 146), “o conceito de intertextualidade surgiu no âmbito da crítica literária, com a autora Julia Kristeva (1974), para quem todo texto é realmente um mosaico de citações de outros textos”. Entendendo a intertextualidade como o recorte de outros elementos textuais pode-se perceber que, ao escolher determinado texto em detrimento de outro, constrói-se uma forma de representar (o mundo), com enquadramentos em grupos sociais, delineando, assim, a identidade discursiva, uma vez que, “em nossas práticas comunicativas, recorremos a textos que se cruzam e se entrecruzam em novas e variadas combinações. A intertextualidade é o nome que se dá a essa relação entre textos” (KOCH, 2016, p. 39). Para Fairclough (2001, p. 114) “intertextualidade é basicamente a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos”.

A intertextualidade está relacionada a dialogicidade, a polifonia, a historicidade, a capacidade que o texto tem de dialogar com outros textos, através de uma multiplicidade de vozes, como postulou Bakhtin (1929, 2006). Resende e Ramalho (2006, p. 64), afirmam que “a intertextualidade de um texto é, então, a combinação da voz do autor com outras vozes que lhe são articuladas”, em consonância a isso, Chouliaracki e Fairclough (1999) conceituam voz como um tipo de linguagem usada por uma categoria particular de pessoas e intimamente ligada à sua identidade. Na categoria intertextualidade, é importante perceber o que se fala em oposição ao que se cala, quais textos são selecionados, quais vozes escolhidas, quais citações (diretas e indiretas) são utilizadas na tentativa de legitimação do que se diz. Nesse sentido, a intertextualidade é seletiva, pois busca incluir relatos que serão úteis para cumprir o propósito do texto, ou para compor e justificar o seu teor. Por outro lado, os relatos desinteressantes do ponto de vista do autor são excluídos, relegados (MARTINS, 2009). Portanto, descobrir e identificar esses relatos é fundamental para a investigação das posições de sujeito reivindicadas pelo autor e atribuídas aos autores dos outros textos (que foram relatados), revelando as predisposições ideológicas no texto/discurso.

1.2 SIGNIFICADO REPRESENTACIONAL: discurso como modo de representação

“Diferentes discursos constituem diferentes perspectivas de mundo, associadas a diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo, dependendo de suas posições no mundo e das relações estabelecidas com outras pessoas” (FAIRCLOUGH, 2003 *apud* MARTINS, 2009, p. 44). Para análise do significado representacional, observou-se a categoria interdiscursividade, como destacado a seguir.

1.2.1 Interdiscursividade

Em paráfrase a Fairclough (2001), o interdiscurso é a complexa configuração

interdependente de formações discursivas⁹ (tipos de discurso), sendo a entidade estrutural que subjaz aos eventos discursivos e não a formação individual ou o código. “A análise interdiscursiva de um texto relaciona-se à identificação dos discursos articulados e da maneira como esses discursos são articulados” (MARTINS, 2009, p. 46). Observa-se, nesse sentido, quais os temas centrais e como são tratados. Destaca-se, assim, que há, em certo nível, a representação da realidade social do mundo que cerca o indivíduo por intersecções discursivas. “Quando discursos entram em competição em texto, é comum haver um discurso ‘protagonista’ e um discurso ‘antagonista’. Nesse caso, a articulação serve a propósitos de negação de um discurso em nomeada afirmação de outro” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 71). Essa articulação é importante para o processo de hegemonia¹⁰.

1.3 SIGNIFICADO IDENTIFICACIONAL: discurso como modo de identificar

O significado identificacional está relacionado ao conceito de estilo. Estilos constituem o aspecto discursivo das formas de ser e estão ligados à identidade de atores sociais em textos, às formas como as pessoas se identificam e são identificadas. Para análise do significado identificacional, serão utilizadas as categorias modalidade e avaliação, como descritas a seguir.

1.3.1 Modalidade

A modalidade é uma categoria mais gramatical que através de alguns aspectos estruturais analisa o quanto, ou em que frequência, o autor do discurso se identifica com o que diz. Assim, “o quanto você se compromete é uma parte significativa do que você é, então, escolhas de modalidade em textos podem ser vistas como parte do processo de textualização de auto identidades” (FAIRCLOUGH, 2003 p. 166). A modalidade é o julgamento do falante sobre as possibilidades ou obrigatoriedades envolvidas no que diz” (HALLIDAY, 1985, p.75 *apud* RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 80). Na reestruturação de um modelo para análise textual em ADC, Fairclough (2003) retoma a teoria de modalidade de Halliday e modifica-a, afirmando que “a questão da modalidade pode ser vista como o grau de comprometimento das pessoas quando fazem afirmações, perguntas, demandas ou ofertas” (op., cit. 168). O autor esclarece, ainda, que afirmações e perguntas referem-se à troca de conhecimento (à troca de informação de Halliday); demandas e ofertas referem-se à troca de atividade (à troca de bens e serviços de Halliday). Em trocas de conhecimento configura-se a *modalidade*

⁹ “formação discursiva vem a ser, nas perspectivas de Foucault e de Pêcheux, o limite do que pode ser dito suscitados em uma dada formação ideológica” Magalhães, Martins, Resende (2017, p. 41).

¹⁰ Fairclough (2001, p. 122), define hegemonia como “liderança e dominação econômica, política, cultural e ideológica consensuais, mas relativamente instáveis devido a dialética entre discurso e sociedade, o que abre possibilidades de mudança”.

epistêmica (refere-se ao comprometimento com a verdade). Já em trocas de atividade, a modalidade é *deôntica* (refere-se ao comprometimento com a obrigatoriedade/necessidade).

1.3.2 Avaliação

A avaliação materializa-se nos textos, através de afirmações avaliativas, que apresentam juízo de valor; de afirmações com verbos de processo mental afetivo (tais como detestar, gostar, amar...) e de presunções valorativas (sobre o que é bom ou ruim desejável ou indesejável). Segundo Fairclough (2003, p. 172), “o elemento avaliativo de uma afirmação pode ser um atributo, um verbo, um advérbio ou um sinal de exclamação”. Adjetivos e advérbios avaliativos variam em escala de baixa a alta intensidade (bom/ótimo/excelente). Dessa forma, entende-se que, na análise de textos, torna-se imprescindível identificar o que está presumido, subentendido nos textos.

2. AS ANÁLISES

Nesta pesquisa, analisou-se um texto acadêmico-científico pertencente ao gênero *tese de doutorado*. As análises dos textos apresentados a seguir, buscam evidências na linguagem e nas escolhas lexicográficas que demonstrem o propósito discursivo dos enunciadores. Os recortes ilustram fragmentos da obra, pertencente a área de Ciências Sociais, publicada em 2018, que colocam os *irmãos* (membros) da facção criminosa intitulada Primeiro Comando da Capital (PCC) como personagens centrais, relatando suas vivências, histórias e (auto)representações. A referida análise envolverá três etapas: na primeira, o significado acional é posto em destaque, onde analisar-se-á a categoria intertextualidade. Na segunda, relativa ao significado representacional, será analisada a categoria interdiscursividade. Na última etapa, por sua vez, que se refere ao significado identificacional, a análise será sobre a modalidade e a avaliação. Destaca-se também a interrelação entre os três significados (Acional, Representacional e Identificacional) no que concerne a *ordens do discurso*, que para Fairclough apud Resende e Ramalho (2011, p. 41) “são as combinações particulares de gêneros, discursos e estilos, que constituem o aspecto discursivo de redes de práticas sociais”.

Vale ressaltar que, as vozes presentes no texto variam entre membros do *Comando*, simpatizantes, parentes, criminosos que não são ou que querem ser do *Quinze*, moradores da quebrada (local de vivência) e a entrevistadora. Nesse sentido, serão aqui analisadas somente as falas, a partir dos excertos, que direta ou indiretamente representem o PCC e seus membros, em seus modos de ser, suas crenças e atitudes.

2.1. ANÁLISE DO SIGNIFICADO ACIONAL: intertextualidade

Os excertos a seguir são os discursos colhidos da obra em estudo e variam entre: *irmãos*, uma *cunhada*¹¹ (Edileusa) e a entrevistadora. Para análise, foram selecionados os seguintes fragmentos:

(1) - E você foi visitar ele? – perguntei (entrevistadora), - Fui, né? Ele falava: “Se você não vier eu falo pros irmãos descerem na sua casa pra te quebrar na porrada”, daí eu perguntei: com que direito? E ele: “Eu não preciso de direito, preciso de vontade!” – respondeu Edileusa. (*cunhada*, p. 92); (4) - Ladrão de verdade tem que ser sujeito homem. (*irmãos*¹², p. 286); (8) - Quem tortura é polícia. Do jeito que tava o maluco ele teria confessado qualquer fita. Ele ficou feio na foto! (*irmãos*, p. 278); (13) - Tem mona que é mais criminosa que muito malandro. (*irmãos*, pp. 286/287); (14) - se é de igual, não pode fazer distinção. (*irmão*¹³, p. 287); (15) - Cada um, cada um, mas Deus está comigo e eu com ele! Tô fora dessas fitas de macumba! (*irmão*) - Lá não é fita de macumba, não. Aliás, hoje em dia não se vê muito essas coisas de macumba, né? – perguntei apropriando-me da expressão a que ele se referia às religiões afro de modo a fazer prosseguir a conversa. (entrevistadora) - Ah, tem... Os irmão tudo tem o corpo fechado. (*irmão*, p. 342), (BIONDI, 2018).

Por vezes a voz da entrevistadora se confunde com a de seus entrevistados, como em uma “dupla voz”. A cientista social apropria-se do léxico popularmente utilizado pelos sujeitos investigados, marcadas na superfície do texto através de citações diretas e indiretas. No capítulo seis (6), intitulado Aval e Salve, é relatada uma *situação*¹⁴ na qual um *irmão* torturou um *justiceiro* (matador de *ladrões*). A atitude de torturar é repudiada por membros do *Comando* que, assim, relataram no excerto 8 (oito) "*Quem tortura é polícia. Do jeito que tava o maluco ele teria confessado qualquer fita. Ele ficou feio na foto!*". A voz do *irmão* é trazida ao texto através da intertextualidade manifesta (citação direta) em que o *irmão* universaliza uma visão particular (hegemonia) de que "*Quem tortura é a polícia*", o PCC não tortura, portanto, é melhor ou mais humano que a polícia. Assim, a imagem negativa da polícia é marcada por oposição a imagem positiva da "Família". Nesse sentido, Hall (1997) apud. Woodward (2014, p. 40), afirma:

A marcação da diferença é crucial no processo de construção das posições de identidade. A diferença é reproduzida por sistemas simbólicos [...]. A antropóloga Mary Douglas argumenta que a marcação da diferença é base da cultura porque as coisas – e as pessoas – ganham sentido por meio de atribuição de diferentes posições em um sistema classificatório.

¹¹ Como são chamadas as mulheres de presos.

¹² Por uma questão de segurança pessoal e ética da pesquisa etnográfica a autora não atribui as falas, muitas vezes, a uma pessoa específica, e quando o faz, os nomes são, geralmente, fictícios. Por isso optamos por usar “irmãos”, no plural, pois não se sabe com exatidão quem diz.

¹³ Optamos por utilizar “irmão”, no singular, em consonância com a descrição feita na obra, que não diz o nome, mas trata-o de forma individual.

¹⁴ “As situações, por sua vez, podem ser definidas como um arranjo de movimentos apreendido a partir de um ponto de vista” (BIONDI, 2018, p.270).

No capítulo 1 (um), intitulado Cadeias e Quebradas, está contido o tópico 1.3 (um ponto três) nomeado de “Em sintonia com a cadeia”, em que há o relato de mulheres que estabelecem relações com *irmãos* que estão presos. No excerto 1 (um), situado no espaço do livro anteriormente referido, Edileuza (uma *cunhada*), por intermédio da intertextualidade manifesta, narra a fala de seu ex-companheiro, que após ela se negar a fazer o que ele queria, sofreria agressões por parte de outros *irmãos*. Ao questionar com que direito ele faria isso, seu ex-marido respondeu de maneira afirmativa e como uma verdade absoluta (hegemonia) que “*não precisa de direito, precisa de vontade*”, demonstrando sua crença machista de que a mulher está sujeita às vontades masculinas.

Posteriormente, tais falas são reafirmadas no livro, naturalizando práticas patriarcais e reforçando a relação de submissão da mulher ao homem. Por vezes, a identidade dos *irmãos* é constituída pela marcação de gênero. Em nenhum momento fala-se a palavra “Irmã” como classificação simbólica das mulheres que participam do *Movimento*. Geralmente, as mulheres que estão associadas ao *Comando*, são cônjuges dos *irmãos*. Ressalta-se que, quando os *Irmãos* são presos, essas mulheres não só ganham um papel de respeito por darem suporte aos seus companheiros na cadeia, como também, por “segurarem seus corres”, ou seja, por substituí-los em determinadas atividades lícitas e ilícitas dependendo do contexto. Mesmo assim, frequentemente elas são postas como assujeitadas, na posição de *cunhadas* (afiliadas ao crime por parentesco) e não *irmãs* (afiliadas por competência). Destaca-se, nesse sentido, que cada palavra (*irmã/cunhada*) têm um peso semântico distinto, parafraseando Roger Fowler (1994), flor é diferente de erva daninha, mesmo que ambas apresentem semelhanças, são socialmente distintas.

No excerto quatro (4) “- *Ladrão de verdade tem que ser sujeito homem*”. – (p. 286), situado no subcapítulo seis ponto três (6.3), intitulado de “transformação das *situações*”, que está contido no capítulo seis (6) Aval e Salve, é relatada uma *situação* em que os *irmãos* heterossexuais reivindicam direitos dentro do *Comando*. A voz que se apresenta é a de um *irmão*, demonstrando que há um processo de hegemonização, em que o *irmão* afirma que *ladrão* de verdade tem que ser sujeito homem, no sentido de heterossexual, há, nesse sentido, a pressuposição de que *ladrões* não podem ser homossexuais. Tal afirmativa, cristalizada no discurso, reforça uma visão de superioridade da masculinidade hegemônica em relação às demais formas de masculinidades.

Entretanto, essa informação pode ser recebida de forma passiva ou ativa. Nesse sentido, outros *malandros* rebatem com novos argumentos como o demonstrado em treze (13) “- *Tem mona que é mais criminosa que muito malandro*” – (*irmãos*, p. 286-287). Embora seja utilizada de forma pejorativa, a partícula “mona” em referência a *malandros* homossexuais, percebe-se a materialização de um novo argumento em contraposição ao argumento anterior, que indicava para um fluxo de exclusão total de gays do PCC e do mundo do crime em geral, considerado, nesse caso, um status

social de destaque por seus membros. No excerto treze (13), percebe-se um posicionamento crítico do entrevistado, ao considerar o *irmão* homossexual, chamado de *mona*, até mais forte, corajoso ou criminoso que muitos *malandros* heterossexuais.

Já no excerto quatorze (14) “- *se é de igual, não pode fazer distinção*” – (p. 287), outro *irmão* ratifica o pensamento anterior, igualando homens héteros e homossexuais quanto às capacidades de ação no mundo do crime, corroborando com a ideia defendida pelos pressupostos da ADC de que os sujeitos não são totalmente assujeitados e, portanto, podem transformar as relações sociais de poder e dominação, a partir de seus posicionamentos materializados nos discursos. Sublinha-se, nessa perspectiva, que a composição da imagem sociodiscursiva da referida facção criminosa é positivamente construída por seus integrantes. O PCC, em determinados momentos, é colocado como uma entidade que veio para lutar contra os abusos policiais (do Estado) e contra a violência exacerbada de outros criminosos anteriores ao surgimento do *Quinze*, os chamados *malandrões*. Por esse motivo, todos devem ser tratados como iguais. O PCC é visto aqui como uma entidade dialética, construída por relações hierárquicas de poder simbólico em posição de resistência.

No excerto quinze (15) “- *Cada um, cada um, mas Deus está comigo e eu com ele! Tô fora dessas fitas de macumba!*”, a voz aqui representada em discurso direto é de um *ladrão*, que faz referência às religiões de matriz africana de forma preconceituosa. Por mais que se diga “*Cada um, cada um*”, como forma de se eximir de uma posição tida como preconceituosa, percebe-se que o interlocutor expressa repulsa aos cultos afro-brasileiros. O *irmão* ao afirmar que “*está com Deus*”, se (auto)representa como pertencente a uma religião cristã em oposição a uma avaliação pejorativa referente aos cultos afro-brasileiros.

O excerto quinze (15) mostra, sobretudo, a relação que muitos *irmãos* têm com as religiões de matriz africana. O entrevistado, entre todas as possibilidades de dizer, escolhe uma forma pejorativa para tratar de uma fé que não é a sua. A partir daí, percebe-se um conjunto de crenças e valores que subjazem a tais posicionamentos. “As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades” (WOODWARD, 2014, p. 56).

Vale salientar que, o posicionamento do entrevistado não é hegemônico em relação ao grupo. Posteriormente esse *irmão* afirma que “*tem muito irmão com corpo fechado*”, o que demonstra certa familiaridade de outros membros do PCC com rituais característicos de religiões afro-brasileiras, que compartilham, portanto, de crenças contrárias às suas.

Nesse sentido, Fairclough (2001) afirma que nem todos os fragmentos ou vozes acrescentadas dentro de um texto tem como ímpeto agregar o mesmo sentido, e que, algumas vezes, a intenção de uso desses fragmentos é justamente para ocasionar, ao leitor, a possibilidade de observar certo fato em outro contexto social completamente distinto do seu original. Desse modo, as análises

corroboram com as concepções que são pressupostas às análises do significado acional, que entende o discurso como um modo de ação sobre o mundo e sobre o outro. Os gêneros discursivos de conversa informal que apresentam os discursos diretos dos *irmãos* através da intertextualidade manifesta, citação direta, e os casos de hegemonização (universalização de uma verdade particular), são importantes instrumentos na composição de crenças, valores e, portanto, das identidades sociais dos agentes. A seguir, apresenta-se a análise do significado representacional.

2.2 ANÁLISE DO SIGNIFICADO REPRESENTACIONAL: Interdiscursividade

Os excertos a seguir são os discursos colhidos da obra em estudo e variam entre: entrevistadora, *cunhada*, moradora e *irmãos*. Para análise, foram selecionados os seguintes fragmentos:

(1) - E você foi visitar ele? – perguntei (entrevistadora), - Fui, né? Ele falava: “Se você não vier eu falo pros irmãos descerem na sua casa pra te quebrar na porrada”, daí eu perguntei: com que direito? E ele: “Eu não preciso de direito, preciso de vontade!” – respondeu Edileusa. (*cunhada*, p.92); (4) - Ladrão de verdade tem que ser sujeito homem. (*irmãos*, p. 286); (5) - Ninguém é mais que ninguém. (*irmãos*, p. 179); (11) - Antigamente, todo dia tinha um cadáver na porta da minha casa. Hoje isso não acontece mais. – Isso tudo foi graças ao PCC. (moradora, p.30); (12) - PCC hoje em dia é só dinheiro... Tá a maior bagunça... O pessoal só quer saber de dinheiro, só quer saber do tráfico. (Edinalva, moradora, p. 86); (13) - Tem mona que é mais criminosa que muito malandro. (*irmãos*, pp. 286/287); (14) - se é de igual, não pode fazer distinção. (*irmão*, p. 287); (15) - Cada um, cada um, mas Deus está comigo e eu com ele! Tô fora dessas fitas de macumba! (*irmão*) - Lá não é fita de macumba, não. Aliás, hoje em dia não se vê muito essas coisas de macumba, né? – perguntei apropriando-me da expressão a que ele se referia às religiões afro de modo a fazer prosseguir a conversa. (entrevistadora) - Ah, tem... Os irmão tudo tem o corpo fechado. (*irmão*, p.342), (BIONDI, 2018).

A interdiscursividade pode ser exemplificada nos excertos acima que compõem os fragmentos das falas dos *irmãos*, selecionados para análise. Nesses fragmentos, são mesclados sete tipos de discursos diferentes, que competem entre si e foram denominados de: discurso *machista*, discurso *homofóbico*, discurso de *igualdade*, discurso *conciliador*, discurso de *segurança* e discurso de *preconceito religioso*. Destacamos a interdiscursividade nos excertos 1 (um), 4(quatro), 5 (cinco), 11 (onze), 12 (doze), 13 (treze), 14 (quatorze) e 15 (quinze).

No capítulo um (1), nomeado de “Cadeias e Quebradas”, o discurso machista é marcante no trecho do excerto um (1), que diz: “Se você não vier eu falo pros irmãos descerem na sua casa pra te quebrar na porrada”, em que uma *cunhada* relata sua experiência com um *irmão*. Tal afirmativa demonstra o alinhamento a uma ideologia patriarcalista por parte dos *irmãos*, que coisifica a mulher, representando-a apenas como objeto pertencente e sujeita aos mandos do homem. Segundo Fairclough (2003, p. 18), “Ideologies are representations of aspects of the world which can be shown

to contribute to establishing, maintaining and changing social relations of power, domination and exploitation”¹⁵.

Dessa maneira, as ideologias podem ser desveladas nos discursos e refletem a forma como representa-se o mundo e, nesse sentido, as posições de sujeito assumidas por quem fala, a partir de determinados pontos de vista que, particularizam, em certa medida, quem se é. A intersecção entre diversos discursos pode dar luz a quais ideologias (hegemônicas ou não) enquadram-se a cada grupo, sendo estes grupos marcados, também, por suas diferenças ideológicas discursivamente posicionadas.

Constrói-se, nesse sentido (em referência ao excerto um (1)), a imagem de um *irmão* violento, em contraposição ao excerto cinco (5) contido no capítulo quatro (4), intitulado de “Vida e Morte das *Ideias*¹⁶” que diz: “*Ninguém é mais que ninguém*”, quando se aborda a relação que os moradores da *quebrada* devem ter uns com os outros, enquadrando-se num discurso de *igualdade* entre todos os membros da *Família*, que se estende, também, aos moradores, no sentido de que não se deve tratar o outro como desigual (discurso de *igualdade*).

Essa fala quebra a ideia de que o uso da violência seria o comportamento padrão para os membros do *Comando*, mostra o contrário, (estatutariamente) a facção prega a não violência, o diálogo entre seus integrantes, o que nem sempre é seguido por todos, como foi possível notar. A violência é atribuída a membros de outros grupos, a ponto destes outros chegarem a resolver tudo “*na mão, na faca, na bala*”, os chamados “*malandrões*”. O PCC veio para acabar com isso, uma vez que é a “valorização da palavra em detrimento da força física” (BIONDI, 2018, p. 66).

No capítulo seis (6), intitulado de “*Aval e Salve*¹⁷” em que a autora lembra que no ano de 2006, chegou nas cadeias do *Comando* um *salve* referente aos direitos de igualdade dos *irmãos* gays. Os *irmãos* heterossexuais afirmam, como exposto no excerto cinco (5) que “*Ladrão de verdade tem que ser sujeito homem*”, no sentido de heterossexual – contém aqui um discurso com traços *homofóbicos*. São complexas as relações de *irmãos* heterossexuais e homossexuais, entre cadeias e quebradas há movimentos de segregação e aproximação. Mas, certamente, há aqui apenas um reflexo

¹⁵ Ideologias são representações de aspectos do mundo que podem contribuir para o estabelecimento, manutenção e mudança de relações sociais de poder, dominação e exploração. (tradução nossa)

¹⁶ Nesse contexto a “ideia” é tida como algo que é manifesto, está no ramo do discurso materializado: “passaram a ideia”, no sentido de informação. “Em outras palavras elas só existem quando em fluxo pelo mundo, quando partilhadas, desvinculadas de autorias de criação. Nesse ponto, inicialmente as *ideias* estariam relacionadas a relações interpessoais: ‘vou chegar naquele maluco e dar uma ideia’, ‘então eu lancei a ideia’[...]” (BIONDI, 2018, p. 171/172).

¹⁷ “Um *aval* diz respeito a uma autorização ou a um consentimento [...]” (BIONDI, 2018, p. 270). “O termo *salve* é utilizado em diversas circunstâncias: para se referir a um aviso (‘qualquer novidade, me dá um *salve*’), como saudação (‘diga a ele que mandei um *salve*’), para chamar alguém [...] etc. [...] os *salves* são também comunicados, recomendações e diretrizes que circulam entre aqueles que fecham com o *Comando*.” (BIONDI, 2018, p. 282).

de uma sociedade, em parte LGBTfóbica¹⁸. Evidencia-se, apenas um fragmento das discriminações sofridas por homossexuais dentro desse grupo que já é socialmente excluído.

Em contraposição ao posicionamento anterior diz-se, em um discurso *conciliador* e, em parte, anti-homofóbico, demonstrado nos excertos treze (13) “- *Tem mona que é mais criminosa que muito malandro*” (*irmãos*, p. 286-287) e quatorze (14) “- *se é de igual, não pode fazer distinção.*” (*irmão*, p. 287). Nesses discursos, é possível observar as discordâncias de posicionamento dentro do *Movimento*. É comum ocorrerem tais posições contrárias, uma vez que o PCC é formado por muitos sujeitos, cada um com seu(s) estilo(s), comportamento(s) e singularidade(s). Nesse sentido, observa-se, dentro do mesmo grupo, as diversas identidades que compõe a identidade PCC.

A forma como o *Comando* é representado, tanto pelos *irmãos* quanto por alguns moradores, merece destaque. Já na introdução vê-se o fragmento (11) “- *Antigamente, todo dia tinha um cadáver na porta da minha casa. Hoje isso não acontece mais. - Isso tudo foi graças ao PCC.*” (moradora, p. 30). Aqui, o *Quinze* (PCC), é construído discursivamente como uma instituição promotora da paz. A moradora sabe das ilegalidades que rodeiam uma facção criminosa, mas sabe também, que na ausência do Estado como agente de políticas públicas de segurança, o PCC, e seus membros, se apresentam para a comunidade como protetores e asseguradores da sobrevivência.

Todos aparentemente sabem que o *Comando* é uma organização criminosa e, portanto, ilegal perante às leis e à moral, para grande parte da sociedade civil. Mesmo assim, os membros do PCC são apoiados por alguns moradores, com a justificativa de que há a manutenção da vida “*todo dia tinha um cadáver na porta da minha casa. Hoje isso não acontece mais*”, o discurso da *segurança* é acolhido para justificar a aceitabilidade do *Comando* pela população. Está contido na parte um (1): *Movimento* (e território) que versa sobre um PCC *transcendência* que atravessa espaços e tempos, dentro do capítulo um (1), intitulado de “Cadeias e Quebradas”, que trata, dentre outras coisas, da problemática de delimitação espacial da pesquisa etnográfica que se pretende entre cadeias e ruas, versa em contraposição à representação anterior, em que no excerto 12 (doze) diz: “- *PCC hoje dia é só dinheiro... Tá a maior bagunça... O pessoal só quer saber de dinheiro, só quer saber do tráfico.*” (Edinalva, moradora, p. 86), em um discurso de contraposição ao posicionamento do PCC, que demonstra a ausência de homogeneidade na representação do grupo feita pela comunidade.

No capítulo oito (8) intitulado de “O certo”, que versa sobre a *disciplina* do *Comando*, extrai-se o excerto quinze (15) “- *Cada um, cada um, mas Deus está comigo e eu com ele! Tô fora dessas fitas de macumba!*”, proferido por um *irmão*, em referência às religiões de matriz africana, que são

¹⁸ LGBT concerne ao grupo de pessoas que se consideram lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais; *fobia* vem do grego e, de modo geral, pode ser entendida como “medo”, “aversão irreprimível”. Consideram-se LGBTfóbicos os que tem preconceito pelo grupo LGBT.

representadas de forma negativa. Através de um discurso de *preconceito religioso*, comum não só aos *irmãos*, mas à grande parte da sociedade brasileira. Observa-se a relação de desagrado com práticas religiosas que não sejam cristãs, considerando esse tipo de religião um comportamento desviante. Posteriormente, o mesmo *irmão* afirma que “*tem muito irmão com corpo fechado*”, o que demonstra a existência de outras crenças, dentro do PCC, uma comunidade que se autorrepresenta como majoritariamente cristã.

Vale salientar que, há uma relação de semelhança entre as análises acional, representacional e identificacional. Essa relação é bastante compreensível, visto que estão ligadas intrinsecamente uma a outra. A separação analítica feita nesta pesquisa é uma escolha metodológica e didática, visando facilitar a percepção de cada fator. As análises corroboram com o que subjaz ao significado representacional que afirma que cada um representa o mundo a partir de determinados posicionamentos (ideologias). Nesse sentido, duas pessoas podem tratar de um mesmo tema de maneiras distintas, como foi observado nas análises supracitadas. A partir do entrelaçamento de ideologias e discursos, um indivíduo determina suas posições e verdades, compondo assim, parte de sua identidade social. A seguir, a análise do significado identificacional.

2.3 ANÁLISE DO SIGNIFICADO IDENTIFICACIONAL: Modalidade/Avaliação

Os excertos a seguir são os discursos colhidos da obra em estudo e variam entre: *irmãos*, um morador da quebrada e a entrevistadora. Para análise foram selecionados os seguintes fragmentos:

(4) - Ladrão de verdade tem que ser sujeito homem. (*irmãos*, p. 286); (6) - O que tá acontecendo? Vamos parar com essa briga... – disse um dos *irmãos*. - Quem é você, que nem sabe o que tá acontecendo, que chega todo malandrão mandando parar a briga? – perguntou um homem nitidamente irritado com a abordagem. (morador) - Aqui é o PCC! – disse o irmão - Opa, irmão! Veja bem... O maluco ali tava atirando... Isso não pode... E se pega em uma criança ou naquela senhora? – indagou o homem. (morador, p. 180); (7) - Vida se paga com vida. (*irmãos*, p. 158); (13) - Tem mona que é mais criminoso que muito malandro. (*irmãos*, pp. 286/287); (14) - se é de igual, não pode fazer distinção. (*irmãos*, p. 287); (15) - Cada um, cada um, mas Deus está comigo e eu com ele! Tô fora dessas fitas de macumba! (*irmão*) - Lá não é fita de macumba, não. Aliás, hoje em dia não se vê muito essas coisas de macumba, né? – perguntei apropriando-me da expressão a que ele se referia às religiões afro de modo a fazer prosseguir a conversa. (entrevistadora) - Ah, tem... Os irmão tudo tem o corpo fechado. (*irmão*, p. 342), (BIONDI, 2018).

No excerto (4), “*Ladrão de verdade tem que ser sujeito homem*”, O verbo “ter” expressa a obrigação que o sujeito (membro do *Comando*) tem em relação ao seu comportamento (sexual), é uma obrigatoriedade “*ser sujeito homem*” (heterossexual), caracterizando, assim, a modalidade *deôntica* por apresentar uma obrigação, uma demanda dirigida aos membros e simpatizantes do *Comando*. Tal afirmação do sujeito revela um discurso *homofóbico* e, portanto, uma posição

preconceituosa em relação aos homossexuais. No que se refere à categoria da Avaliação, observa-se no excerto (4) a pressuposição, de valor conservador do termo “ladrão de verdade”, uma asserção com juízo de valor, pela qual o *ladrão* é julgado conforme o sistema de valores, crenças e conhecimentos historicamente constituídos, no qual ao homem é atribuído o papel de responsável pelo sustento da casa e da família (tradicional).

Posteriormente, no excerto (13), “*Tem mona que é mais criminosa que muito malandro*” (p. 286-287), outro *irmão* contrapõe o argumento anterior, utilizando na modalidade *deôntica* o verbo “ter” no presente do indicativo que diz: “tem *mona*” (homossexual), que é mais criminosa que muitos outros que são criminosos heterossexuais, e nesse sentido, deveriam ter os mesmos direitos dentro do *Movimento*. Fortalecendo o argumento, o excerto quatorze (14) “*se é de igual, não pode fazer distinção*” (p. 287), faz referência aos princípios dispostos no estatuto do PCC, que diz que todos são iguais, nenhum *ladrão* é mais importante que o outro. Observa-se que a locução verbal com valor de negação “não pode fazer”, expressa obrigação e, portanto, enquadra-se na modalidade *deôntica*.

É notório que, grande parte do tempo, os envolvidos com o *Comando* procuram seguir os princípios estatutários que dizem respeito à justiça, à paz e à igualdade. Entretanto, observou-se que o debate com suas contradições inerentes é uma característica marcante a ser destacada nos excertos e diálogos. No excerto 07 (sete), um *irmão* afirma que “*Vida se paga com vida*”. Não há qualquer tipo de exceção, implicitamente, entende-se que se por algum motivo houver uma morte injusta cometida por algum membro do *Comando*, a punição para tal crime será a morte. O verbo “pagar” no modo indicativo exprime uma certeza, uma realidade, o que constitui, portanto, as crenças de quem profere a sentença, não há outra possibilidade de ser: vida sempre se paga com vida – modalidade *deôntica*.

No excerto 6 (seis) o verbo “poder” aparece no modo indicativo, com um valor negativo em “*isso não pode*”, na fala de um morador para um *irmão*, em referência a briga que estava acontecendo entre outros moradores, na qual um disparou um tiro que poderia ter atingido pessoas inocentes. O *ladrão* concorda. A modalidade é *deôntica* com valor de obrigação/proibição, ou seja, o autor age sobre o interlocutor proibindo a ação referida no enunciado, que é a ação de atirar.

No excerto (15) “- *Cada um, cada um, mas Deus está comigo e eu com ele! Tô fora dessas fitas de macumba!*”, em um primeiro momento, a expressão “cada um, cada um[...]” expressa a possibilidade de outros *irmãos* seguirem religiões não cristãs – modalidade *epistêmica*. Na segunda parte, destaca-se o verbo “estar”, no presente do indicativo, em contração comum à comunicação oral, apresentando-se como “*tô*”, seguido de “*fora dessas fitas de macumba!*”, o verbo “estar” aparece com valor negativo, visto que busca distanciar o produtor do discurso do que ele chama de macumba (religião afro-brasileira). O contexto religioso serve como palco de uma estratégia de imposição dos

costumes disseminados em grande parte por pessoas que se autodenominam religiosas. Como observado no excerto (15), os conhecimentos e valores religiosos presentes na sociedade, servem como pressupostos para segregação de todo e qualquer indivíduo que foge à regra imposta pela sociedade dominante.

Não foram observados, dentro dos excertos selecionados, ocorrências de verbos de processo mental afetivo (como gostar, amar etc.), mas observou-se, dentro do significado identificacional, diversas ocorrências, tanto de modalidade *deôntica*, quanto *epistêmica*. As análises do significado identificacional corroboram no que se refere aos processos de exame que foram propostos neste trabalho, no sentido de observar o grau de comprometimento do sujeito com o seu discurso.

Considerações Finais

É importante dizer que, o recorte analítico aqui realizado não se pretende uniformizador intemporal de uma “identidade PCC”, visto que as identidades são fluídas, que não são essências fixas, que elas não estão presas a diferenças que seriam permanentes e valeriam para todas as épocas (WEEKS, 1994 *apud* SILVA, 2014). Buscou-se, assim, perceber como este grupo é representado e se autorrepresenta num contexto de investigação etnográfica (em *movimento*), com tempo e espaço determinados pela pesquisa, uma vez que “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2006, p. 13).

Nesse sentido, partindo das análises realizadas, é possível verificar que o perfil dos *irmãos* é humanizado à medida que eles ganham voz e suas vivências são retratadas com mais profundidade. A pesquisa etnográfica favorece compreender os fatores que envolvem a criação de facções criminosas e da identificação dos sujeitos que se entendem membros dela. Algumas falas demonstraram que os índices de violência eram maiores e as mortes eram mais frequentes antes da existência do *Comando*. Isso significa, sobretudo, que na ausência do Estado e de políticas públicas de segurança eficazes, o PCC se constrói discursivamente como uma entidade mantenedora de uma relativa paz, já que o Estado brasileiro tem se mostrado um tanto incapaz de fornecê-la aos territórios citados. É importante destacar que esse território não é só a *quebrada* (mas é principalmente ela), sendo um local (importante) entre outros possíveis no *Movimento*, no PCC *transcendência*.

De acordo com Silva (2014, p. 76) as identidades “são o resultado de atos de criação linguística” e, conforme os sujeitos lexicalizam o mundo, suas diferenças são realçadas através de significados e recursos linguísticos próprios, sendo a linguagem parte das suas práticas sociais, não devendo ser marginalizada. Em consonância aos pressupostos teóricos da ADC defendidos neste trabalho, verificou-se que o discurso tem um poder construtivo tríplice: cria ou reconstitui conhecimentos e crenças; estabelece relações sociais e produz ou reproduz identidades, o que confere à análise crítica,

um valor interpretativo e explanatório. A partir das análises realizadas, constatou-se que existem marcas identitárias nos fragmentos da obra analisada, reafirmando diferenças entre criminosos e não criminosos, assim como entre os grupos criminais.

A análise do *corpus* demonstra um sistema de crenças e valores que aparentemente estão cristalizados nos discursos dos *irmãos* como, por exemplo, a relação da mulher em algumas ocasiões como assujeitada ao homem, vítima de violência e ameaças fruto de uma ideologia machista como pode-se observar em "*não precisa de direito, precisa de vontade*" (excerto 1). A identidade dos *irmãos* é marcada por contradições entre ideias conservadoras e não conservadoras, como observado. O que nos leva a entender o PCC como uma instituição heterogênea. A ideia de que "*Ninguém é mais que ninguém*" marca um princípio estatutário do *Comando*, que deveria ser obrigatoriamente seguido pelos membros, o que por vezes não ocorre devido as divergências e tensões entre *irmãos*.

Nesse sentido, observa-se que o PCC é marcada internamente pelos ideais de justiça, liberdade, igualdade e união, caracterizando uma busca comum entre seus integrantes. Contudo, essa identidade unificada está apenas no campo do ideal, no campo do real subvertem-se regras, havendo assim, um movimento de entrada e saída, morte e vida. Assim, as análises marcam em parte a composição da(s) (auto)identidade(s) social(is) dos membros do *Comando*, que são (auto)representados como trabalhadores do crime.

É importante destacar que a tese de doutorado analisada produz um efeito de denúncia à representação superficial de temas referentes à criminalidade. As imagens de uma facção e de criminosos são ressignificadas a partir da voz dos próprios agentes que compõem o *Movimento*. Contudo, a localização geográfica e social desses agentes pode corroborar na imagem do *ladrão* periférico, que tem como local de moradia a favela, visto que, em determinados momentos, a palavra "quebrada" é substituída como sinônimo de "favela", que na memória coletiva representa-se como um local de moradia pobre. Mesmo sendo sublinhado na parte um (1): Movimento (e território), que não há um espaço tão fixo, que o PCC está em movimento, reiteradamente é lexicalizado na superfície do texto, pela autora, que esses locais são, geralmente, as favelas, o que pode fortalecer estereótipos.

Nota-se as diferenças entre os tipos de representações feitas pela mídia e reproduzidas por diversos setores da sociedade. Com a análise etnográfica humanizam-se sujeitos expostos à criminalização. A tese rompe com discursos anteriores que desumanizam, silenciam pessoas criminalizadas, à margem. Nesse sentido, as análises corroboram a hipóteses de que os discursos colhidos na obra representam os *irmãos*, pelo menos em parte, no modo como pensam e se comportam, como veem a si próprios, e aos outros, e como constroem suas próprias identidades.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006. E-book. Disponível em: https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Bakhtin-Marxismo_filosofia_linguagem.pdf. Acessado em: 01 mar. 2019.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os Gêneros do Discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; Notas de edição russa Serguei Botcharov. São Paulo: editora 34, 2016.
- BESSA, Décio; SATO, Denise Tamaê Borges. Categorias de análise. *In*: BATISTA JR. José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (org.). **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.
- BÍBLIA. Português. **Sagrada Bíblia**. EUA: A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias Salt Lake City Utah, 2015.
- BIONDI, Karina. **Proibido Roubar na Quebrada: território, hierarquia e lei no PCC**. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.
- BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Textos selecionados, apresentação e Tradução Celso castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BRASIL. Decreto de lei nº 847, de 11 de outubro 1890. **Código Penal**. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acessado em: 18 fev. 2019.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity: Rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: UnB, 2001.
- FIORIN, José Luiz. Uma teoria da enunciação: Benveniste e Greimas. **Revista Gragoatá dos programas de pós graduação do instituto de Letras da UFF**, Niterói, v. 22, n. 44, p. 970-985, set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33544>. Acessado em: 03 maio 2018.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramalhete. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987-1999.
- FOWLER, Roger. **Crítica Linguística**. Tradução Maria Luísa Falcão Isabel Mealha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução Mathias Lambert. 4. ed. Rio de Janeiro: GEN – LTC, [1891]2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KOCH, Ingedore. G. V. ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

LARA, Glaucia Proença; PACHECO, Rita. **Discurso e (des)igualdade social**. Limberti. São Paulo: Contexto, 2015.

MAGALHÃES, Izabel. Análise do Discurso Publicitário. **Revista da Abralín**, v. 4, n. 1 e 2, p. 231-260, dez. 2005. Disponível em: https://codecamp.com.br/artigos_cientificos/analise_discurso_publicitario.pdf. Acessado em: 05 fev. 2019.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2017.

MARTINS, Ana Maria Sá. **Representações do feminino: uma análise discursiva dos perfis jornalísticos de O Estado do Maranhão**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, 2009.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5. ed. 5ª reimp. [1994]. São Paulo: Brasiliense, 2005.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Vieira de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2016. v. 1.

RESENDE, V. de M; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. *In:* SILVA, Tomaz Tadeu, HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 73-102.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In:* SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.